

Reseña bibliográfica:**Metodologia das ciências sociais ontem e hoje:
revisões e apontamentos para novas práticas**

Reseña del libro: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla; LISDERO, Pedro; FELLINI, Rochele (2016)

*Metodologia em Ciências Sociais Hoje: perspectivas epistemológicas, reflexões teóricas
e estratégias metodológicas (Volume 1).*

Jundiaí: Paco Editorial

Pedro Marchioro

O livro em questão propõe-se a tratar das questões metodológicas centrais com a qual a sociologia e demais ciências sociais têm lidado atualmente assim como ao longo de sua história. Posta a variedade dos autores, o livro conta com uma composição bastante versátil, indo desde historicizações dos fundamentos teórico, metodológicos e epistemológicos, até ensaios sobre as possibilidades sinalizadas no horizonte.

No primeiro capítulo, os autores Léo Peixoto e Fabricio Martinatto realizam uma genealogia sobre as questões e discussões de maior peso que impactaram na epistemologia e no modo como esta se desenvolveu como área autônoma durante o século XX. O texto toma como ponto de partida o Positivismo Lógico, formulado no chamado Circulo de Viena, enquanto expressão da filosofia analítica. Esta escola buscava manter proposições que se elencavam em uma defesa dos esquemas lógicos e analíticos como metodologia única para o estabelecimento das validades científicas. Nesse sentido, defendia-se que a epistemologia esgotava os procedimentos necessários para o descobrimento de verdades, fazendo do sujeito conhecedor e do objeto a ser conhecido uma relação garantida e protegida das interferências do campo social, e da epistemologia e seus componentes (definidos internamente). A primeira consequência daí decorrente é o estabelecimento de uma hierarquia dos saberes, na qual o direito e a legitimidade do saber científico são atribuídos aos autorizados por esse campo, subordinando por conseguinte as demais áreas como a história, a psicologia e a sociologia. Os autores mostram como essa linha de evolução será interrompida com o aparecimento dos textos de Popper e de Kuhn demonstrará que as elaborações e descobertas científicas não estão isentas dos imperativos sociais, morais, ideológicos e políticos.

Fica mais evidente, no texto de Gabriel Coelho e Everton da Costa, no terceiro capítulo, como as correntes anteriores ainda esgueirada num positivismo lógico, fracassam em suas ambições de atender aos imperativos de generalização e objetivação de seus dados. O texto exemplifica a complexidade dessa problemática tomando o como caso as oposições entre a sociologia durkheimiana e a weberiana. Se para o positivismo durkheimiano a realidade é tomada como totalidade em que os fatos sociais que a compõem devem ser tomados pelos pesquisadores enquanto “coisas”, isto é, separadas de sua condição subjetiva por uma imposição metodológica, para os adeptos da hermenêutica a questão se mostra de forma variada. Para esta corrente, ao nos referirmos a determinados fenômenos sociais estaríamos tomando realidades já dotadas de sentido, significadas, selecionadas e isoladas pelos sujeitos cognoscentes imbuídos de interesses

sociais e culturais. O método compreensivo weberiano, portanto, se não funda um movimento de derrubada da possibilidade de alcançai verdades universais e absolutas, toma de saída essa problemática para a qual se obriga então a apontar uma solução. Se os problemas sociais (em oposição a “coisas”) a que nos interessaríamos a investigar estariam já dotados de sentido e significados, só nos restaria à ciência responder com outros problemas significados, elencados em um tipo ideal o qual operaríamos por aproximações, equivalências, analogias, comparações, etc.

Enio Passiani, no quinto capítulo, retoma o debate sobre o lugar das ciências sociais dentro das ciências em geral. Para ele os obstáculos que as ciências sociais enfrentam para se legitimar nesse campo estariam ligados a mutabilidade e baixa solidez de seu objeto quando comparado às ciências naturais, ao alto grau de carga de significados a que estão imbuídos, e daí por diante sua resistência à redução a modelos lógicos abstratos. Mesmo assim, Passiani pontua alguns critérios a partir do qual a ciência social poderá se firmar como ciência, esses sendo: 1) por dispor de conceitos e categorias para análise e demonstração de seus constructos, 2) pela construção e consolidação de um arcabouço de critérios de monitoramento e avaliação de suas praticas e 3) por assegurar um conjunto de ferramentas, técnicas e métodos partilhados em uma comunidade afim.

Desde aí podemos observar que a historicização que os autores realizam sobre a história das ciências sociais, suas preocupações e práticas, vão se direcionando para uma crítica das verdades objetivas ao mesmo tempo que as problemáticas subjetivas, sua isenção ou participação, vão ganhando relevância, e as ciências sociais vão alcançando autonomia e identidade. É assim que, já no próximo capítulo, Raquel Weiss destaca o peso que a teoria - um tanto marginalizada pelos paradigmas quantitativos - tem e sempre teve nos processos de investigação e no estabelecimento dos arranjos metodológicos.

A autora traz a discussão de sua tese de doutorado, onde resgatou a importância de tomar a teoria sociológica como linha de pesquisa, e de rever os fundamentos que delimitam o campo sociológico. Nesse sentido, demonstra como Durkheim foi sendo posto em segundo plano na hierarquia dos autores e escolas quando da passagem do paradigma quantitativo para o qualitativo, sendo tomado como um positivista puro (ao que a autora mostra ser uma distorção visto como Durkheim se aproxima mais de autores como Charles Renouvier do que propriamente de Comte ou Spencer). Essa visão, no entanto, seria fruto de um equívoco por parte do senso comum sociológico antes de motivações políticas do que científicas - o que, por sua vez, tocaria mais uma vez no ponto sobre o impacto de fatores políticos e sociais nos procedimentos científicos. As razões que explicariam tal subestimação da teoria diriam respeito tanto a concepção tradicional de que a produção teórica seria privilégio de certos centros universitários, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, e os autores por eles consagrados, quanto da assimilação dessa representação por parte das entidades locais que teriam a imprimido em sua grade curricular. Dessa maneira, os futuros sociólogos estariam aprendendo que devem se dedicar mais dar mais importância a aprendizagem do uso de ferramentas metodológicas do que às “abstrações e divagações teóricas”.

Esse suposto enrijecimento das instituições de aprendizado aparece no texto seguinte de Flavio Sacco. Em tom ensaístico e autobiográfico, já na frase inicial do texto Sacco lança mão da questão: “Deus existe?”, pergunta essa que realizava em suas aulas sobre epistemologia. Com isso visa o autor romper tanto com a estrutura progressiva dos textos quanto das aulas e operar um retorno ao horizonte histórico dos primórdios do conhecimento, isto é, do contexto em que ainda eram aceitas perguntas como: “o que são as coisas do mundo?”, “é possível conhecê-las?”, “porque é que há algo ao invés de nada?”. Para o autor os inúmeros debates entre especialistas e escolas de pensamento sobre os modelos e formas de produzir conhecimento teve como resultado não uma abertura ou flexibilidade das fronteiras do campo científico para a boa recepção de formas cada vez mais inovadoras de produzir conhecimento, mas, ao contrário, um enrijecimento da ciência como prática. Sacco retoma Edgar Morin em sua definição do progresso científico podendo ser entendido como o progresso da dúvida, essa devendo ser assumida não só como uma prerrogativa do ofício científico, mas como um valor, uma ética. Em outras palavras, a dúvida deve ser idolatrada como motor e combustível do conhecimento amplo e diversificado.

A respeito das questões sobre as influências de fatores externos no campo científico, Fabricio Neves, em seu texto sobre a metodologia sistêmico-construtivista, de Niklas Luhman, traz

uma proposição para a referida questão. Da perspectiva luhmaniana, a ciência aparece como um sistema dentre outros, em uma articulação interdependente em que, para manter sua autonomia e diferença, ela deve lidar com seu entorno, este constituído por outros sistemas, num movimento de “heterorreferencia”, para então, num movimento seguinte de recursividade, incorporar e trabalhar em si os elementos exteriores. Esse movimento, porém, sugere algumas “condicionantes internas”, que seriam como critérios que o próprio sistema elabora em sua auto-produção. Os critérios seriam, por exemplo, as preferências, a seletividade e, em resumo, as expectativas geradas pelo sistema em seus movimentos anteriores de auto-diferenciação.

Os princípios de seleção, preferências e expectativas visam a reduzir a complexidade de seu entorno, o emaranhado infinito de possibilidades que constituem seu exterior. Por outro lado, pode-se dizer que “toda observação sistêmica é interposta por distinções e indicações que a ela se impõem imprimindo no mundo suas preferências e expectativas” (p. 214). É isso o que Neves demonstrará em sua tese, a saber, como a ciência enquanto sistema se relaciona com a sociedade, enquanto seu entorno, isto é, nem de maneira totalmente passiva e tampouco de forma impositiva, mas numa relação de interdependência, em que cada sistema existente necessariamente deve se dirigir para outro numa relação ao mesmo tempo de união e diferenciação, de heterorreferenciação e cumplicidade.

No capítulo seis Marcos Supervielle traz um texto denso sobre as categorias de entendimento, seu potencial metodológico, os diferentes modos como foi concebida ao longo da história, entrando no campo da sociologia até sofrer as mais recentes evoluções. A reflexão adentra o campo da filosofia para retomar Aristóteles, com quem as categorias ganham atributos de ferramentas capazes de classificar e organizar os sujeitos a partir da constatação de seus predicados, e vai até Kant, quando passam a ser entendidas como “conceitos puros que se referem *a priori* a objetos da intuição em geral como funções lógicas” (p. 174).

Essas duas linhas serão emprestadas pelas ciências sociais onde poderão ser vistas, por exemplo, na oposição entre aquela concepção que impõem categorias, variáveis e conceitos aos indivíduos buscando objetivar o mundo social – próxima ao positivismo de Comte, Mill, Spencer e mesmo Durkheim – e aquela concepção que entende a categorização como atividade pertencente tanto a pesquisadores quanto aos demais sujeitos que negociam suas definições através das interações com os mais diversos agentes e com o mundo – representada, por exemplo, pelo interacionismo simbólico e pela fenomenologia de Schutz.

Supervielle propõem ainda algumas formas de construir as categorias. Afirma que as mesmas seriam como teorias menores ou “uma produção textual apresentando-se em forma de breve expressão e que permite denominar um fenômeno perceptível através de uma leitura conceitual de um material de pesquisa” (p. 201). Portanto as categorias devem buscar serem sintéticas, densas e evocativas do fenômeno a que sinalizam. É dizer que através das mesmas se poderá experimentar, sentir, perceber o mundo de determinada forma ou através de determinado ângulo.

No oitavo capítulo, Pedro Robertt traz à luz da preocupação metodológica sua pesquisa realizada durante seu doutorado tendo como universo de análise uma empresa dedicada a elaboração de leite e derivados no Uruguai. Para isso logra desnudar a totalidade da pesquisa incorrendo em um caminho inverso ao que comumente se observa: põem de lado os resultados finais em que o processo aparece já como acabado e polido, e nos põem a par da dureza dura do processo de investigação, os obstáculos enfrentados, as estratégias de superação, os grandes recuos e os pequenos avanços, assim como as ferramentas e estratégias empregadas para o contorno e superação dos problemas e aí por diante. Seu objeto sendo a incidência de elementos do capitalismo flexível na estrutura da fábrica e os efeitos daí decorrentes, choca-se com um empecilho primordial: a desconfiança e resistência dos dirigentes e mesmo dos trabalhadores com o pesquisador. Partindo da proposta de Bourdieu de se tomar a empresa como um campo que articula posições, Robertt nos mostra uma contradição com os estudos tradicionais sobre o tema referente as dicotomias, por exemplo, entre trabalhadores do chão da fábrica e os dirigentes enquanto pertencentes a duas classes distintase antagônicas. As situações com que se depara, no entanto, são complexas ao ponto de diluir ambas as classes, fazendo com que alguns de seus membros ora se aproxime de um polo – um dirigente de um sindicalista -, ora de outro, demonstrando um ciclo de afinidades mais complexo que aquele simplesmente definido pela

estrutura das classes. Esse achado ele alcança utilizando tanto da observação das reuniões na fábrica, quanto das entrevistas repetidas. Esta lhe permitiu vislumbrar as mudanças subjetivas dos entrevistados ao longo do tempo, indicando então, a exemplo, os fundamentos das evoluções em determinada direção. Nesse sentido, Robertt vale-se da amplitude do arranjo de técnicas para captar de diferentes ângulos, utilizando de dados variados, para assim obter uma reconstrução satisfatória do campo.

Apesar de a maior parte dos textos presentes no livro não tratarem da estatística, a questão emerge com força no capítulo final, de Angélica De Sena. Passando ao largo do maior ou menor pertencimento dessa técnica ao paradigma quanti ou qualitativo, a autora realiza um estado da arte da técnica apoiando-se em artigos publicados na ReLMIS. Os mesmos têm como fio condutor a relação das pesquisas que fazem emprego do método com o Estado a partir de 2007, que é quando se começa a constatar tipos de intervenção e alteração nas instituições de pesquisa e no modo como os resultados são apresentados ao público.

Para De Sena, a estatística sempre esteve ligada a administração da coisa pública, tanto para sua gestão quanto para o seu controle. Sendo assim, as intervenções constatadas podem ser reflexos de alterações na configuração mesma do Estado, na incidência e captura de suas funções por parte de interesses privados, em que também os dados de conhecimento entram em “processos de mercantilização e privatização da informação sobre as questões coletivas” (p. 342). É desse modo que as pesquisas têm seus resultados distorcidos visando, por exemplo, um apaziguamento dos conflitos em torno de temas como distribuição de renda, pobreza, poder de consumo, etc. Caberia aos pesquisadores, então, levar em conta tal situação, não deixando de lembrar que mais do que uma ferramenta para o conhecimento, a estatística, assim como as outras técnicas, é uma ferramenta de transformação.

Autor.

Pedro Marchioro.

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista pela CAPES. Membro do Núcleo de Estudos do Polo Naval (NEPN). Membro do conselho editorial da Revista Novos Rumos Sociológicos (NORUS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: pedro-marchioro@live.com

Citado.

MARCHIORO, Pedro (2017). "Metodologia das ciências sociais ontem e hoje: revisões e apontamentos para novas práticas". *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS*. Nº13. Año 7. Abril - Septiembre 2017. Argentina. Estudios Sociológicos Editora. ISSN 1853-6190. Pp. 91-95. Disponible en: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/203>

Plazos.

Recibido: 20/03/2017. Aceptado: 10/04/2017.